

A economia política de Bataille na era farmacopornográfica de Preciado

Bataille's political economy in Preciado's pharmacopornographic era

Pedro Farias Mentor

Graduando em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB)

pedrofariasmentor@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9740801850447182>

Resumo

O presente trabalho pretende tensionar os trabalhos de Monique Wittig, Christine Delphy, Adrienne Rich, Georges Bataille e Paul B. Preciado a partir do lugar onde o corpo está inserido na economia capitalista. A nossa hipótese é a de que Economia Restrita do capital (termo batailliano) passa pela reprodução social, a divisão sexual do trabalho e a heteronormatividade na forma de interstícios visando a organização a níveis macro e micro corporal os sujeitos que compõem sua maquinaria regulando desejos, ocupações de espaços, comportamentos e ações.

Palavras-chave: Aceleracionismo. Economia. Farmacopornografia. Pós-heterocisnormatividade.

Abstract

The present work intends to tension the works of Monique Wittig, Christine Delphy, Adrienne Rich, Georges Bataille and Paul B. Preciado from the place where the body is inserted in the capitalist economy. Our hypothesis is that Restricted Economy of capital (Bataillian term) goes through social reproduction, the sexual division of labor and heteronormativity in the form of interstices aiming at the organization at macro and micro body levels the subjects that make up their machinery regulating desires, occupations of spaces, behaviors and actions.

Keywords: Accelerationism. Economy. Pharmacopornography. Post-heterocisnormativity.

1. Introdução

Os grandes manuais usados em disciplinas introdutórias de Ciências Econômicas a definem como a ciência que lida com a escassez de recursos diante a infinita necessidade humana (Cf. MANKIW, 2019; VASCONCELLOS & GARCIA, 2014). A escola neoclássica, por exemplo, defende que os seres humanos produzimos o suficiente para abater determinadas urgências, mas jamais poderemos satisfazer todas nossas carências concomitantemente. Dessa



forma, o papel do economista seria o de estudar os processos produtivos pelo qual a escassez pode ser mitigada, bem como os recursos de produção e distribuição de bens (Cf. SANDRONI, 1999, p. 211).

Percorrendo as sendas da filosofia da economia visando um apreço crítico da sua natureza, categorias e métodos, encontramos uma série de possibilidades outras de dialogarmos com pesquisas com conhecimentos que, devido a estratificação da primeira e suas pretensões enquanto ciência, ficam excluídas de diálogo. É o caso das especulações, teorias e investigações que questionam os pressupostos não admitidos da Economia que encontramos nos trabalhos, por exemplo, de Georges Bataille e Paul B. Preciado.

Bataille ao investigar as condições de possibilidade da Economia reescreve os conceitos de “falta”, “abundância”, “recursos”, “produção” e “distribuição” numa chave muito diferente da legada pela tradição. Para o autor, a economia mais do que uma ciência e forma de entendermos as trocas, dívidas, saldos e “créditos” de uma sociedade, seria uma maneira de compreendermos a realidade ontológica do mundo em que a falta é possibilitada apenas em um contexto de excesso produtivo feito “fora” e “dentro” da ação humana pelas energias infinitas que circulam a Terra. A partir do trabalho de Marcel Mauss ele identifica o excesso como o centro ontológico na qual a economia na verdade se funda – enquanto de um lado teríamos uma economia geral que despende infinitamente, do outro, teríamos uma economia restrita que introduz a falta como forma de estancar a primeira. Fundada numa tentativa de reduzir o enorme dispêndio que as inúmeras produções geradas pela/na economia geral da natureza (sendo o caso mais emblemático os raios do sol que “alimentam orgânica e inorganicamente o plano) as sociedades humanas teriam lidado ao longo da história com o excesso a partir da economia da falta.

Já Preciado em *Testo Junkie* aponta que dentro das sociedades pós-fordistas os modelos e a factualidade da pornografia – sua forma de consumo, produção semiótica e técnica de vendagem – e da indústria farmacológica se tornam os sustentáculos e os modelos da sociedade capitalista, agora totalmente reformulada pelo pós-guerra. Segundo o autor, a biopolítica envolvida nessa era farmapornográfica teria uma natureza micro e nano-molecular expressa, entre outras formas, na pílula anticoncepcional, nos hormônios sintetizados, na comida transgênica etc, altamente preocupada com os corpos e seus desempenhos (como são os casos da associação entre trabalhos e prazer, das expressões de sexualidades e seu espaço na reprodução sexual, do consumo personalizado e das propagandas), implicando os processos subjetivos e as existências materiais tanto dos corpos quanto dos insumos semióticos,



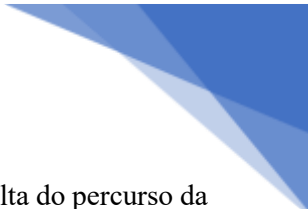
farmacológicos, alimentícios, ecológicos na imbricação da mesma rede de ficção somática. No caminho de compulsoriamente gerar e gerir as relações sociais dos corpos e suas atividades, os desempenhos dos corpos estariam se apropriando e criando caminhos que o controle contínuo do sistema não suportaria, de forma que na tentativa de se equivaler a “pura realidade”, o capitalismo precisaria pregar novas formas de agenciamentos não cooptado na sua lógica, evidenciando a não naturalidade que compõe o próprio funcionamento.

Por isso, pretendemos tensionar esses dois pensadores com Monique Witting, Christine Delphy e Adrienne Rich a partir do lugar onde o corpo precisa estar inserido na economia restrita. A nossa hipótese é que a Economia Geral e a Economia Restrita passam pela reprodução social e na tentativa de realizar uma série interstícios em todas as instâncias do *socius*, a economia capitalista organiza a níveis macro e micro corporal os sujeitos que compõe sua realidade, minimamente, em níveis de gênero e sexualidade.

2. Do dispêndio do sol ao dispêndio da falta: uma aventura do excesso

Na introdução de *A Parte Maldita* (1949) Bataille nos oferece um exemplo pertinente para entendermos a sua crítica à Economia Clássica enquanto ciência independente e precisa: quando lidamos com o pneu de um veículo avariado as ações de compra e conserto são compreendidas como atividades isoladas do restante das operações do mundo (tais como dar de mamar, produzir tinta ou fabricar um cesto), porém quando tomadas dentro do contexto de produção em geral o conserto e a compra de pneus são atividades inseridas como desempenho econômico da indústria automobilística e suas outras relações de feitura e circulação. Da mesma forma a ciência econômica é tratada usualmente de forma isolada e, diferente de outras ciências como a Física, não apresenta fenômenos precisos e coordenações gerais de forma que a economia precisa ser entendida no interior daquilo que a cerceia e a partir das modificações que esta provoca nesse mesmo meio.

Tanto na ciência quanto no cotidiano nós – humanos – reduzimos a economia a um sistema particular de organismos ou de empreendimento. Por consequência, suas operações visam e se limitam a situações restritas, isoladas e relativas ao ser humano, apartando toda a energia existente sem fim particular: desligamos a economia que é relativa a matéria viva em geral para uma economia menor (Cf. BATAILLE, 2013, p. 22.). Entender os processos econômicos, de forma não particularista, é entender o movimento de energia sobre o globo terrestre, afinal:



“Na superfície do globo, produz-se um movimento que resulta do percurso da energia nesse ponto do universo. A atividade econômica humana apropria esse movimento, ela é a utilização, para certos fins, das possibilidades que dele resulta. Esse movimento, porém tem um traço e leis em princípio ignorado por aqueles que as utilizam e que delas dependem. Assim, surge a questão: a determinação geral da energia que percorre o domínio da vida é alterada pela atividade do homem? ou esta, ao contrário, não é falseada, na intenção que se propõe, por uma determinação que ela ignora, negligência e não pode mudar?” (BATAILLE, 2013, p. 21)

Para a matéria viva em geral a energia sempre se coloca em excesso. Apenas para o ser vivo particular ou a um grupo qualquer que a necessidade é pensável. Bataille acredita que o ser humano é uma criatura separada do mundo, que disputa recursos, dilapida a matéria viva ininterruptamente e que, mesmo no auge da nossa soberania no mundo ainda produzimos/consumimos inutilmente¹. O excesso de força viva, de energia, sofre uma tentativa de manuseamento dentro das sociedades humanas desde a antiguidade: festas, edifícios, as horas de lazer e guerra seriam exemplos de como excedente foi e ainda é lidado (Cf. BATAILLE, 2013, p. 22).

A precondição do excesso não apenas para a manutenção, mas também a existência dos organismos se provaria na disposição de energia mais do que necessária para as atividades que asseguram a vida (atividades funcionais) - afinal, crescimento e reprodução só são possíveis em situações em que há excedente. Para argumentar esse “estatuto ontológico” do excesso Bataille usará o exemplo do Sol:

A fonte e a essência de nossa riqueza são dadas na irradiação do sol, que dispensa a energia – a riqueza – sem contrapartida. O sol dá sem nunca receber [...] A irradiação solar tem como efeito a superabundância da energia na superfície do globo. Mas, antes de tudo, a matéria viva recebe essa energia e a acumula dentro dos limites dados pelo espaço que lhe é acessível. Ela, em seguida, a irradia ou dilapida; antes, porém, de entregar uma parte apreciável à irradiação, utiliza-a ao máximo para o crescimento. Somente a impossibilidade de continuar o crescimento cede a vez à dilapidação. O verdadeiro excedente, portanto, só tem início quando é limitado o crescimento do indivíduo ou do grupo (BATAILLE, 2013, p. 23)

E esse se confirma como “dispêndio glorioso”. Todavia, nas economias da falta a produção o precede: a aquisição da energia antecede o dispêndio encerrando a “glória” na esfera da utilidade. Apesar disso, a limitação da energia em última instância é a da própria biosfera onde ela abunda muito mais do que os interstícios de indivíduos ou grupos (Cf. BATAILLE,

¹ Inutilmente no sentido de não reproduzível as “necessidades” da manutenção da vida.



2013, p. 22 – 23.). A biosfera (ou superfície do globo) sobeja de vida. Combinadas as formas de vida com os recursos disponíveis e o espaço limitado veremos que a vida exerce uma pressão na Terra em vários sentidos. Bataille identifica dois – a expansão e o luxo.

A expansão é no sentido espacial onde a dilatação do espaço físico levaria a ocupação de vidas – como é o caso de um espaço abandonado ou jardim onde insetos, ervas daninhas e outros seres poderiam prosperar. O luxo se dá quando a expansão não é disponível e se faz necessária a extinção do excesso; é aqui que encontramos a morte – a vida levada em seu conjunto não resulta em crescimento, mas em manutenção do seu volume (ou seja, dilapidação de energia), “Em outras palavras, o crescimento possível é reduzido a uma compensação das destruições operadas” (BATAILLE, 2013, p. 26). O luxo da morte é ilustrado pela manducação das formas de vida entre si; a fragilidade dos corpos comprova a nossa complexidade e luxo para o fenecimento. O luxo da sexualidade compartilhará com o da morte a nossa própria negação seguida como a sua aceitação enquanto movimento de exposição da vida; a reprodução sexuada é vista como luxo porque nega ao indivíduo seu crescimento (os pais “dão” sua vida, *energia*, aos filhos) e essa reprodução vai além da mera perpetuação da espécie apelando para o direcionamento dos bens o luxo da morte.

Nas sociedades humanas a técnica é a transformação do mundo em aparelhos anexos: pela transformação da matéria inerte o mundo passa a ser recurso de energia disponível – com ela parte da energia disponível é manejada para o crescimento de riquezas que futuramente serão interrompidas pelas novas técnicas gerando um duplo efeito I. de utilização do excedente e II. produção novos excedentes cada vez maiores. A produção de novos excedentes se prolifera de tal forma que o luxo aparece como neutralizador do seu desenvolvimento. Isso comprovaria que mais importante que desenvolver as forças produtivas o despendido luxuoso dos produtos rege a realidade humana.

Por isso, para Bataille o ser humano é como um inseticida usado para combater a peste do crescimento, visto que é o “mais apto a consumir, intensamente, luxuosamente, o excedente de energia que a pressão da vida propõe a incandescências conformes à origem solar de seu movimento” (BATAILLE, 2013, p. 27). Será esse desperdício sem contrapartida que Bataille chama de parte maldita: o aumento da riqueza cada vez maior, que não podemos reter. Logo, haveria duas formas de circulação da energia: uma partindo do ponto de vista geral e particular; enquanto no geral os recursos existem em excesso, o particular lida com a insuficiência dos recursos.



A economia geral pesa nas costas dos seres humanos como maldição justamente por não conseguirmos lidar com seu excesso ao mesmo tempo que paradoxalmente, seríamos os únicos responsáveis por suspendê-la. É nesse sentido que o capitalismo será entendido como uma forma de economia restrita. Como diz Matheus Ferreira:

No capitalismo, porém, o excesso se torna um pressuposto da ideia (micro e macroeconômica) de crescimento, e Bataille descreve o procedimento capitalista de reaproveitamento do lucro com a finalidade de gerar mais excesso como uma espécie de pressão que se coloca no sistema econômico. A analogia com a física permanece: o aumento da pressão aumenta também a temperatura e isso significa que os momentos de excesso não conseguirão ser sistematicamente reabsorvidos (uma espécie de saturação, ou de perda da capacidade do sistema de reabsorver os excessos devido à temperatura excessiva).

Nesse quadro, as formas de cortar o excesso continuam muito semelhantes às primitivas, mas ocorrem exponencialmente potencializadas: guerras que exterminam nações, luxo absolutamente desnecessário (quanto mais desnecessário, mais ele “queima excessos”), sexo não relacional como práxis social, desperdício de pessoas que vivem (morrem) nas ruas, entre outros. (FERREIRA, 2016, disponível em: <http://www.justificando.com/2016/04/05/o-que-bataille-pode-ensinar-em-tempos-de-excesso/>)

É por isso que para o capitalismo a economia política do gênero e da sexualidade se faz necessária: é pela interpelação e reiteração compulsória da sua forma de reprodução social e desempenho dos corpos que ele tentará realizar sua administração da falta. A divisão sexual do trabalho antes de ser um apêndice da economia restrita do capital se faz como condição *sine qua non* para sua efetivação em pelo menos três níveis: a imagem da família, o trabalho doméstico e a heterossexualidade compulsória.

3. Teorias da reprodução social: a família, o trabalho doméstico e a heterossexualidade

Em novembro de 1970 Christine Delphy publica um artigo ovular² - “*O inimigo principal: a economia política do patriarcado*” – onde engendra uma análise das disposições histórico-materiais do trabalho desde a divisão sexual. Segundo Delphy, todas as sociedades existentes necessitam da criação de bens materiais (produção) e seres humanos (reprodução) (Cf. DELPHY, 2015, p. 101) e que mesmo nas sociedades e teorias ditas socialistas há um contingenciamento das mulheres enquanto vetores societários-políticos. Percebendo a

² Para contrapor a palavra “seminal”.



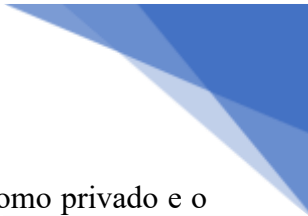
necessidade de uma crítica sistemática dessa ideologia que trata a subordinação feminina como algo ulterior a “revolução”, uma questão que escapa às condições materiais ou da consciência de classes (Cf. DELPHY, 2015, p. 100) ela apresentará o lugar da mulher dentro das estruturas familiares patriarcais e nas relações de produção as quais aponta não serem apenas uma questão “particular” de gênero, mas algo necessário para uma verdadeira anti-exploração sistêmica.

Para a socióloga, a família é o ponto arquimédico de toda elucubração econômica do capitalismo: concebida como a menor unidade de produção ela é caracterizada por um conjunto de indivíduos (esposa, filhos e filhas) que imperativamente devem se reportar e servir a um chefe, ou seja, a figura do pai; o patriarca será a efígie que aparelha as explorações e proveitos por vínculos de filiação ou parentesco (casamento, relação pai e filhos, familismo diversos, etc.). Será *na* e *para* a família que as mulheres prestarão serviços importantíssimos sem qualquer remuneração – também os filhos até certa idade antes de surgir a exigências por pagamento – sendo o caso do trabalho rural o mais pragmático, porém não exclusivo, dessa relação uma vez que a institucionalização dos seus serviços como “ajudantes familiares” naturaliza um trabalho a ser expropriado e lucrado pelo marido ou pai:

Na França, as atribuições das mulheres na propriedade rural variam de região para região. Cuidar dos animais – aves, porcos etc. – é uma constante; quanto ao resto, elas servem para tudo – auxiliam, efetuam os trabalhos subalternos, sujos, difíceis, não mecanizados (particularmente a ordenha das vacas à mão, trabalho tão exigente e com horários tão desagradáveis que algumas mulheres de hoje registram no contrato de casamento que não se comprometem a fazê-lo; os homens se ocupam dessa tarefa, quando mecanizada). Com frequência, a única fonte de dinheiro líquido, que possibilita consumos não produzidos na fazenda, provém da venda de produções tipicamente femininas: leite, ovos, aves. Mas, independentemente das atribuições da mulher na propriedade, seu trabalho é absolutamente necessário, já que um homem sozinho não pode manter uma fazenda sem um trabalho dobrado; em última hipótese, não pode simplesmente manter uma fazenda, mesmo que se limite à produção agrícola. (DEPLHY, 2015, p. 103)

Por esse ângulo, Delphy considera os maridos os responsáveis por prover a manutenção da força de trabalho das mulheres e essas concederem serviços gratuitos – no qual os primeiros se apropriam das produções e recompensa as segundas de acordo com a sua boa vontade.

O casamento será o confinamento das mulheres nessa cadeia produtiva que gera valor, mas não reconhecimento e, no caso das mulheres que conseguirem entrar no mercado de trabalho, o casamento e a família serão motivos para uma dupla jornada de trabalho em que o labor doméstico já não é efetuado pelo sustento dependente de um terceiro como o caso das desempregadas, o que implica uma espécie de classe social distinta entre homens e mulheres



(Cf. DELPHY, 2015, p.110 – 114). Logo, a separação do espaço doméstico como privado e o espaço do trabalho como público se quebra – um informa e sustenta necessariamente o outro:

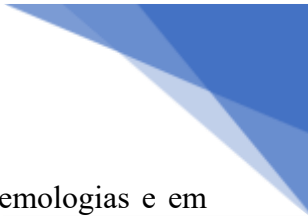
Assim como há continuidade e não cesura entre as atividades que objetivam o autoconsumo, denominadas produtivas, e as atividades que objetivam o autoconsumo, denominadas não produtivas (as atividades domésticas), há continuidade entre os serviços fornecidos gratuitamente pelas mulheres e os serviços comercializados (DELPHY, 2015, p. 107)

Isso que Delphy chamava de Economia Política do Patriarcado será chamado por outras filósofas de *Teoria da Reprodução Social* (ver ARRUZA & BHATTACHARYA & FRASER, 2019; FEDERICI, 2019; FERGUSON, 2016). Segundo Bhattacharya (2019), a reprodução social acontece em pelo menos três níveis sendo suas interligações e não reconhecimento enquanto trabalho (e consequente não remuneração) estruturantes para a realidade capitalista: (I) a geração dos corpos que serão disponibilizados ao trabalho, (II) a manutenção de trabalhadores fora da produção “explícita” (a saber: os cuidados não remunerados do lar, o trato dos membros da família e o manejo psíquico cotidiano) e (III) o zelo para com os não-trabalhadores (particularmente as crianças e os adultos inválidos e/ou desempregados). Como podemos aferir, essa labuta é realizada compulsoriamente pelas mulheres ao menos desde a irrupção do capitalismo.

Notemos que as paridades políticas e econômicas atualizam uma divisão sexual do trabalho da sociedade capitalista e que na interioridade desta sucede um encaminhamento de afetos, condutas, desejos à sua naturalização – ex. o amor materno, a desigualdade natural entre os gêneros ou o trabalho doméstico.³

Perpassando o tecido social há uma disciplina a ser introjetada para além do horário e o espaço de trabalho que precisa ser disseminada nos hábitos gerais, cotidianos. Em outras palavras, efetua-se uma normatização com fins de manter a reprodução social e a hegemonia em todos os aspectos do *socius*. Ela (a normatização) se instala, configura e é avezada também na linguagem, nas relações, na religião, na ciência, nas artes, nos meios de comunicação, na

³ Alguns críticos tentam “refutar” a teoria da reprodução social devido à existência do trabalho remunerado das empregadas domésticas, a inclusão das mulheres no mercado de trabalho e a partilha dos afazeres entre homens e mulheres dentro de casa, porém, todos esses três pontos são problemáticos: o primeiro não engloba uma remuneração de todos os aspectos apontados por Bhattacharya além de não abranger as próprias empregadas domésticas que realizam esse trabalho (em grande parte não-brancas), o segundo não necessariamente – e estatisticamente – anula uma jornada de trabalho dupla enquanto o terceiro devido ao segundo não exclui o trabalho não remunerado e suas consequências em nível de classe. Para uma análise mais aprofundada ver os ensaios de Angela Davis em *Mulheres Raça e Classe*, os de Silvia Federici em *O Ponto Zero da Revolução*, o ensaio de Christine Delphy e o livro *Feminismo e Política: uma introdução* de Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel.



jurisdição, no trato do corpo, na urbanização, no aparelho estatal, nas epistemologias e em outros planos existenciais daquelas que estão subordinados, produzindo, defendendo e mantendo o capital – afinal ele forma e informa ininterruptamente as entidades implicadas na sua atividade. Incorporados nesse sistema podemos notar dois mecanismos que viabilizam a estabilidade de papéis e idealização de gêneros e a reprodução social: o pensamento hétero e heterossexualidade compulsória.

Monique Witting defende que a heterossexualidade propaga um discurso (no sentido de Barthes e Lacan) apolítico e ahistórica que impossibilita lésbicas e gays de criar suas próprias categorias ao se valer forçosamente de uma ideologia de violência física e simbólica (Cf. WITTING, 2010, p. 1 -2) sustentada por um aglomerado de ideias, teorias e correntes de pensamento que empregam a interpretação totalizante da natureza, da linguagem, da cultura e qualquer fenômeno subjetivo sob a óptica (in)consciente da imperatividade heterossexual, redundando, por exemplo, numa absolutização heterossexista das teorias antropológicas sobre o incesto como paradigma originário das sociedades e não a homossexualidade e na metafísica dicotômica entre identidade/diferença (essa última comportando os níveis de conflitos de interesse que alocam os desviantes na categoria do outro), de forma a reforçar a heterossexualidade como o centro ontológico do Real, do Inconsciente e da Natureza (Cf. WITTING,, 2010, p. 3 – 4). Pensar a realidade é pensá-la de forma heterossexual, assevera Witting.

Já Adrienne Rich (2010) nota que a heterossexualidade é uma categoria política de naturalização da diferença sexual e da subordinação do feminino ao masculino, sendo destarte compulsoriamente aparelhada na coerção normativa onde as categorias de gênero informa a distribuição do público e do privado, força os corpos ao “destino” biológico por estratégias culturais formais e informais e pela ideologia do amor romântico (desde de sempre tido e criado para responder aos interesses da heterossexualidade) disposta desde a tenra idade até o planejamento de vida adulta (Cf. SWAIN, 2010, pp. 47 – 48)

Muito mais do que “mera” orientação sexual a heterossexualidade é um veículo que assegura a biocenose⁴ em que se dispõe. No capitalismo ocidental ela alimenta e retroalimenta a família (a unidade básica), a divisão sexual do trabalho (o trabalho calcado no gênero), a reprodução da força de trabalho (a mais-valia não remunerada) e um forma de orientação de afetos (a “cotidianização” do comportamento) “creditando” os vírus que se assomam na sociedade – LGBTs, comunidades tradicionais, formas criativas de associação etc.

⁴ Para introduzir a possibilidade da heterossexualização da natureza proposta nos debates de ecologia queer.



- como responsáveis por solapar o biopoder diluído nos discursos⁵ que provocam pânico moral e terrorismo:

Então, se a heterossexualidade é uma estrutura que ordena em classes a sociedade inteira é, portanto, uma estrutura política e, finalmente, podemos conceber a existência de um regime heterossexual, um regime político indispensável à divisão sexual do trabalho e à designação do invisível trabalho reprodutivo.

Amplos setores da população não podem admitir a vida fora do regime heterossexual. Ele está impregnado nos corpos e no fazer cotidiano. A consequência desta marca que parece inapagável é que a mente heterossexual, de acordo com Wittig (1992, p. 3), não pode conceber uma cultura, uma sociedade onde a heterossexualidade não ordene não somente todas as relações humanas mas também a produção de conceitos e inclusive os processos que escapam à consciência. A heterossexualidade está impregnada na psique e na pele da população. Ela constrói corpos, desejos, vontades, valores, modos de andar pela vida. Uma vida cotidiana heterossexual. (SÁNCHEZMED, 2018, disponível em: https://medium.com/arquivo-radical/sem-heterossexualidade-obrigat%C3%B3ria-n%C3%A3o-h%C3%A1-capitalismo-c70168cbdd0c?fbclid=IwAR1qPHFCVJD4RJ_DFBiMs9hykGAIj2BdIEeAMK79xDHxDXMPmFLD-CCWGZA)

4. Somos todos pornografizados: ou como o capitalismo organiza nossos corpos na contemporaneidade

Segundo Preciado, a sociedade fordista da década de 1970 não apenas definiu e sintetizou um modo de produção e consumo, mas a forma de pensar o espaço urbano e interno como um conflito de arranjo entre corpos e máquinas. Diante da crise iminente, o mercado tentará encontrar nas indústrias bioquímicas, eletrônicas e informacionais alternativas de consumo. Antes disso, porém, o eixo político e técnico do corpo, do sexo e da sexualidade já passara a pertencer às transformações industriais, ou seja, no despontar da contemporaneidade a ligação entre tecnologia, corpo e capitalismo se faz tão profundo que contar a história de um não pode estar desvinculada da outra - o novo governo do ser vivo depois da do escravismo e da indústria começa nas ruínas deixadas pela Segunda Guerra:

As mudanças do capitalismo que vamos testemunhar se caracteriza não só pela transformação do “sexo”, do “gênero”, da “sexualidade”, da “identidade sexual” e do “prazer” em objetos de gestão política a vida (como Foucault já

⁵ Embora haja exemplos de empresas que se posicionem no mês do orgulho LGBT e crie algumas campanhas em defesa das pautas ditas progressistas vez ou outra é sintomático o que Deleuze chama de desterritorialização do capital por parte dessas empresas: ou seja, a capacidade do capital de diluir e ressignificar várias instâncias do *socius* para que elas possam ser captadas por ele.



havia intuído em sua descrição biopolítica dos novos sistemas de controle social), mas também pelo fato de que esta gestão em si mesma será levada adiante por meio das novas dinâmicas do tecnocapitalismo avançado, da mídia global das biotecnologias. (PRECIADO, 2018, p. 27)

Dessa forma:

Somos confrontados com um novo tipo de capitalismo: quente, psicotrópico e punk. Essas transformações recentes impõem um conjunto de dispositivos microprotéticos de controle da subjetividade por meio de novos protocolos técnicos biomoleculares e multimídia. Nossa economia mundial depende da produção e circulação interconectada de centenas de toneladas de esteróides sintéticos e órgãos, fluidos e células (tecnossangue, tecnoesperma, tecno-óvulo etc.) tecnicamente modificados; depende da difusão global de um fluxo de imagens pornográficas; depende da elaboração e distribuição de novas variedades de psicotrópicos sintéticos e ilegais [...]; depende do fluxo de sinais e circuitos digitais de informação; depende de que todo o planeta se renda a uma forma de arquitetura urbana em que megacidades miseráveis convivem com altas concentrações de capital sexual. (PRECIADO, 2018, p. 36)

Esse novo regime global será chamado de farmacopornográfico. Ele é *farmaco* devido aos processos biomoleculares e pornográficos por conta da natureza semiótico técnico que instaura um governo sobre a sexualidade dos corpos. Para Preciado, o farmacopornografismo estaria presente nas sociedades industriais desde o século XIX mas apenas com o sucateamento progressivo do fordismo que ele se mostrará mais explicitamente: seus mecanismos se manifestam em três ciências: psicologia, endocrinologia e sexologia (Cf. PRECIADO, 2018, p. 36 – 37).

A tecnociência conseguirá materializar em formas moleculares comercializáveis tecnologias de biótipo humanos e processos subjetivos como, por exemplo, a masculinidade em viagra ou a depressão em prozac. A natureza é desvelada por completo: a identidade sexual e o sexo se tornam *sexdesign* (Cf. PRECIADO, 2018, p. 38). O capitalismo farmacopornográfico inventa seu sujeito para depois reproduzi-lo globalmente – o estatuto da coisa some para dar luz a produção de órgãos, símbolos, reações químicas, desejos, sentimentos, pensamentos e “alma”. Por isso, indo na contracorrente de Hardt e Negri que acreditam que a sociedade do capitalista atual instaura produção e consumo de afetos, informações e cognições Preciado coloca a excitação, o desejo, o prazer e a sexualidade dentro do motor de criação e valor do capitalismo que vivemos. Em vez de vivermos numa cooperação de cérebros estamos na verdade numa cooperação masturbatória e isso não é exclusivamente uma metáfora: o autor aponta que 16 bilhões de dólares são produzidos por sites pornô levando-os a serem a indústria mais rentável do mercado cibernético a nível mundial – sites como Google e Facebook



acompanham a indústria do sexo visando prever as flutuações e caminhos do mercado cibernético como um todo.

Somando com as indústrias científica, médica, cosmética, de guerra e o tráfico de drogas a pornografia é um dos pilares do capitalismo contemporâneo. De forma que o motor do mercado agora é o controle farmaconográfico da subjetividade que passará por todas esses complexos materiais e virtuais de indução mental (Cf. PRECIADO, 2018, p. 42). O autor acrescenta:

Se a era dominada pela economia automobilística denominou-se “fordismo”, chamaremos *farmacopornismo* a esta nova economia dominada pela indústria da pílula, pela lógica masturbatória da pornografia e pela excitação-frustração em que se baseia. A indústria farmacopornográfica é ouro branco e viscoso, o pó cristalino do capitalismo biopolítico. (PRECIADO, 2018, p. 43)

Dessa forma, embora não seja em termos de quantidade maior do que a agricultura, o poder de transformação do farmacopornô é hegemônico, capaz de transformar qualquer outro tipo de produção pela criação e identificação dos afetos narcossexuais definindo de uma outra forma o consumo, a estética, a separação entre interior e exterior, a temporalidade e os dispositivos (Cf. Preciado, 2018, p. 43). Para lidar como o corpo e a sexualidade são exilados dentro da gestão do estado e da indústria Preciado cria o conceito que será fundamental: a *potentia gaudendi*.

Resgatando a noção Spinoza, ele definirá a *potentia gaudendi* como uma potência indeterminada sem marcação de gênero, vida, espécie ou fronteira de sujeito, objeto ou órgão que soma a potencialidade de excitação imanente a toda molécula material que não busca resolução mas almeja a própria extensão com tudo em todo lugar e a todo tempo, transformando o mundo em “prazer com” (Cf. PRECIADO, 2018, p. 44). A sociedade capitalista farmacopornográfica coloca essa *potentia* para fluir no seu *socius* seja dentro do corpo que consome, na representação pornográfica, no serviço sexual ou no *socius* como um todo.

A cooperação sexual e dos seus meios em força produtiva só é possível andando de mãos dadas com o controle da reprodução - “Não há pornografia sem vigilância e controle paralelos dos fluidos e afetos do corpo” (PRECIADO, 2018, p. 53): a sexopolítica que coloca o sexo como exterioridade, a sexualidade como forma de prazer e a raça como pureza ou degeneração como ficções somáticas que obcecaram a ciência e a política a ponto de definir a atividade teoria contemporânea onde seus elementos serão somas atravessadas e constituídas por essa realidade.



A sexopolítica se materializa, por exemplo, nas classificações das identidades de gênero binárias cis/trans, que cabalmente são resultados de todas essas redes de ficção somática dos corpos que, atravessada pela tecnologia, desestabiliza (de forma não consciente) concretamente a dicotomia entre ficção e realidade: se houve uma natureza, agora não mais, há somente tecnocis e tecnotrans. O círculo em que passam todas as técnicas de subjetivação está constantemente fragilizado pelos meios capilarizados em que se dispõe pois quando afirma o suplemento para potencializar e confirmar o “puro natural” - o/a homem/mulher de verdade, o hétero, o trans, o/a homo/lesbo - o que temos é a hibridação (LATOURE, 2013).

A propaganda, o marketing, os meios de comunicação e a mídia em geral quando exibem uma imagem *cool* de produtos, formas de vidas e corpos criam na verdade um *frankenstein* social que entre o discurso comprado e sua realidade embaralhada vive ora buscando uma repetição da imagem mesmo (como é o caso da família branca cis) ora cria novas formas de subverter toda estrutura (por exemplo, performance *drag queen*, vidas cibernéticas). Como se a pressão das pluralidades sociais fossem estimuladas acidentalmente e em seguida codificadas em um círculo de controle.

5. Economia Restrita Dos Corpos

Seguindo nossas autoras poderíamos dizer que o *socius* passa por relações econômicas determinantes não apenas para um funcionamento institucional, mas nas *somas* que o compõem. Observamos uma sofisticação da economia restrita do capital na qual a subjetividade faz parte de uma tentativa de lidar com a parte maldita que os corpos portam: o sistema gênero-sexo-desejo de Butler (Cf. MENTOR, 2019) no Farmacopoder tenta ostensivamente normatizar os filamentos do poder a nível nanomolecular por técnicas anexas: hormônios, discursos semióticos ingeríveis, toda a engenharia bioquímica, o sangue, cirurgias etc.

Aqui que a reprodução social pode ser lida como um mecanismo importante: ela é o sistema que tenta barrar e dirigir o caráter dispendioso da *potentia gundeni* na instituição familiar. Almejando uma estruturação normativa as *somas* serão geradas e geridas seguindo uma matriz que possa estancar o excesso improdutivo. Quando Foucault fala do nascimento do homossexual o que temos são estratégias de lidar com as performances do conhecimento/corpo/prazer que devem não apenas ser sinalizadas por vias patologizantes, mas ser reconhecido no escoar uma energia excedente através de uma cooptação e aparelhamento dos efeitos possíveis da mesma.



Dessa forma, as políticas e politização, quando os enquadramentos de reconhecimento incidem proporcionando identidades, possibilitam o excesso no sentido de contraponto da naturalização da reprodução e mantimento social – a sexualidade e a paródia das tecnologias de gênero são como despendido da hegemonia cis hétero que se proliferam independente do aparato repressor; uma articulação dos desviantes por um discurso naturalizante que se alia, ao mesmo tempo que dilata, para abarcar o sistema reconfigurado em favor das relações econômicas da falta. Um dispositivo interessante para essa economia da falta em um contexto de dispêndio do *socius* é a heteronormatividade tal como fala Richard Miskolci:

A heteronormatividade seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida. Gays e lésbicas normalizados, que aderem a um padrão heterossexual, também podem ser agentes da heteronormatividade. Não por acaso, violências atualmente chamadas de homofobia não se dirigem igualmente a todos/as os/a ho-mossexuais, mas, antes, muito mais frequentemente a quem não segue esse padrão. Nesse sentido, quer sejam heterossexuais ou homossexuais, todos podem ser normalizados e preconceituosos com o Outro, aquele que vive, se comporta ou pensa diferentemente. Muitos homossexuais também normalizados ajudam na estigmatização e na percepção negativa daqueles que não cabem na heteronormatividade. (MISKOLCI, 2012, p. 15)

Ou seja, no ato de limpeza social, que retornando a Witting, percorre a linguagem (homoafetivo em vez de homoerótico), a legalidade (reconhecimento civil), midiático (o gay branco e engraçado amigo da protagonista), o *pink money* e etc, demonstram como a economia restrita do capital tenta cooptar de forma estratégica e orientada o controle dos corpos. O capital ao mesmo tempo que preda redefine aquilo que suga a vitalidade. Funcionando como retroalimentação ele restringe para depois tentar acumular aquilo que lhe sobra, que é gerado enquanto dispêndio⁶.

O que se seguem são o que multidões queer porque as multiplicidades constitutivas estão em guerra constante ao redor do globo que observamos uma cobertura política a respeito das identidades: porque só tentando fagocitar, ensaboar e perseguir que há possibilidade de vitória por parte do mercado do dispêndio que - aparentemente - ele produz.⁷ Na sua teoria do sujeito,

⁶ As perguntas que somos levados a fazer são: é possível pensar uma outra agenda após as políticas públicas e a absorção do mercado? Há uma pureza antes da disposição do capital que pode ser resgatada? Como lidamos com o caso de negros e LGBTs que aponham as várias formas estratégicas de direita sem esquecer das articulações que o capital produz na sua desterritorialização?

⁷ Seria oportuno perguntar se há possibilidade de falar dx queer como influxo pertinente, afinal os corpos desviantes continuam a serem partes malditas do *socius* cis hétero branco pois hoje, o termo queer cai vertiginosamente em



Butler coloca a temporalidade e o poder como imprescindível tanto para o processo de assujeitamento quando para uma subjetivação (MENTOR, 2019). Pensando nos nossos termos, o poder que é reapropriado dentro do capital viraliza ao mesmo tempo o restitui, um exemplo disso é o próprio tecnogênero: como podemos pensar as configurações das sexualidades e dos gêneros fora do Farmacopornô ainda que parte dessas estratégias tenham sido criadas como controle bionecropolítico? Pois a cisheterossexualidade compulsória e o reconhecimento (patológico e depois) jurídico-subjetivo das LGBTs-formas não podem ser considerados vestígios pré-modernos quando nos voltamos para os mais de 500 anos de conformação constante dos corpos dentro de uma maquinaria antropológica “organicamente” preparada para predar as novas configurações do *socius* que ela mesma gera como dispêndio.⁸

A força sexual dispendiosa se relaciona ontologicamente com as economias e a heterossexualidade além de ser politicamente vigiada e ensaiada só pode funcionar ideologicamente dentro da economia restrita do capital. Preciado quando retoma Deleuze e Guattari para falar sobre a arquitetura biopolítica capitalista do corpo reitera que a imagem, o funcionamento orgânico e a fantasia ao redor e sobre o ânus é a primeira parte do corpo humano a ser privatizado, ou seja, ao contrário de outros órgãos e cavidades que serão privilegiados nos esquemas de regulamentação e análise tanto literária quanto científica (pênis, vaginas olhos, ouvidos etc.) ele é o primeiro órgão a ser posto fora do campo social, ou seja, o primeiro a ser retirado do debate público, objeto de filosofia, metáfora ou reflexões tais como outras partes do corpo receberam (olhos, boca, ouvidos). Reflexos disso serão sentidos na estrutura psicanalítica edípica onde a analidade constituirá a pessoalidade privada colocando o falo como o signo da falta (para os tecno corpos femininos) e privilégio (para os tecno corpos masculinos) para a organização o triangular pai-mãe-filho e o ânus como o local que separa e sublima o pênis

potencialidade política. Se o queer nasce como uma reação ao movimento homossexual letrado e reprodutor da heteronormatividade, hoje sua institucionalização e associação mais explícita com políticas de reconhecimento jurídico demonstra certa dificuldade de internacionalizar pensamentos não primeiro-mundistas, para além da identidade e da norma (ver: PERRA, Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma). O queer cada vez mais passa por uma limpeza racial e capacitista ao ponto de ser lido como estudos que comportarem muito mais estudos LGBTs (com foco no G) do que a antiga força de embaralhar as caixinhas de classe, gênero, raça, mundialidade, etc.

⁸ Aqui seria interessante perguntar: qual a dívida dos LGBTs e da esquerda (em geral) para com os resultados tecnológicos proporcionado pelo capitalismo? Há alguma dívida de fato? E não esqueço da extração dolorosa necessária para que essas tecnologias pudessem existir - como a sintetização dos hormônios que passaram por mortes de baleias, cadeiras elétricas e matadouros - falo de dívida em, pelo menos, três sentido: (I) a dor que conforma e funda um senso de comunidade, (II) as articulações políticas daqueles que já vivem em tempos de uso tecnológicos de resistência - como a internet e (III) possibilidades de dispêndio que só seriam dadas na economia restrita do capital. São perguntas que levando sem saber responder.



implicando um investimento individual enorme para compensar seu desinvestimento coletivo. Preciado também amplia a ideia dos autores dizendo que no século XIX não apenas o ânus, mas também as mãos e a boca como centro de prazer serão reguladas. Não tendo uma diferença de gênero, o ânus colocaria a divisão sexual em curto-circuito:

O Ocidente é desenhado como um tubo com dois orifícios: uma boca emissora de sinais públicos e um ânus impenetrável ao redor do qual gira a subjetividade masculina e heterossexual que adquire *status* de corpo socialmente privilegiado. (PRECIADO, 2017, p. 79)

Nessa *somatopolítica* o ânus está no centro da máquina social e nas relações de dispêndio – ele é órgão que se aproxima das maiores investidas políticas: ele é quem não pode reproduzir, é o local do repugnante e indigno ao mesmo tempo é o mais falado (“vai tomar no cu”, “pau no cu” e por aí vai). Dessa forma, acelerar as fraturas da normalidade social envolve a desprivatização do ânus, ou seja, subverter a organização heteronormativa dos corpos e da realidade que isso institui – o ânus como órgão que relativiza a divisão dos gêneros e consequentemente as hierarquias adotadas. Tal desprivatização só poderia acontecer com outras formas de configurar a *potentia gaudeni*.

Por isso a identificação da *potentia gaudendi* deve ser vista como a própria economia geral! Vejamos bem: a *potentia gaudendi* não é armazenável, é altamente maleável e não consegue ser privatizada – ela é a mais material e ao mesmo tempo a mais abstrata das forças de trabalho: no farmacopornô será regulada dentro do controle técnico e biopolítico em que o cada órgão é definido por funcionalidade (governabilidade das partes) associada às relações de gênero dicotômica que constituem um regime disciplinar em favor da hierarquização. O que tentamos apontar é que: acelerando as fraturas e as fissuras da normatividade temos novas configurações da *potentia gaudendi* e, se não explodindo, ao menos disponibilizaríamos de outra forma o sistema gênero-sexo-desejo-raça onde a inteligibilidade do sistema não capturaria o dispêndio social. Ou seja, a reprodução social se quebra e revela seu caráter reacionário e não natural entrevendo um futuro não capitalista onde a energia dispendiosa terá que passar por novos tratamentos.

6. Considerações finais

Entre o alavancamento do farmacopornô e o fim do antigo capitalismo a *potentia gaudeni* é configurada de forma que a tradicional divisão sexual do trabalho comece a



desaparecer na forma de produção da espécie – sua mente, corpo, desejo e afeto (que parecem muito vantajosa para o capital). Funcionando como gestão biomédica da subjetividade, ele se preocupa menos com os papéis de gênero fixo do que as conexões virtuais e controle molecular (Cf. PRECIADO, 2018, p. 54) - os corpos são jogados dentro de um novo paradigma agambeniano onde eles estão entre uma vida nua sem benefícios ejaculatórios e o tecnobiopoder da economia inventiva.

Dessa forma, não estaríamos uma nova forma de entender a *potentia gaudeni* numa lógica mais perversa de aceleração? Onde a invenção do sujeito a escala global aponta para uma depuração de uma espécie de protocapitalismo tal como Nick Land afirma? (Cf. LAND, 2011) Não seria esse capital altamente fluido uma série de diferenças que o farmacopornô está preocupado em vender e produzir intimamente e infinitamente? É a explosão de processos de subjetivação na verdade, antes de ser uma força fora do capital, uma vertigem da cibernética positiva (Cf. LAND & PLANT, 1997)?

É o queer uma vertigem aceleracionista?

Referências

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Trad.: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero - feminismo e subversão da identidade*. Trad.: Renato Aguiar. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (Sujeito e História)
- BHATTACHARYA, Tithi. *Tithi Bhattacharya: O que é a teoria da reprodução social?* Acesso em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Trad.: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010. 560 p. (Coleção TRANS)
- DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, p. 99-119, ago. 2015.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Trad.: Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos Cemarx*, n. 10, p.13-38, 2017 [2016].



LAND, N. *Fanged Noumena - Collected writings 1987-2007*. Reino Unido: Urbanomic, 2011.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Trad.: Carlos Irineu da Costa. 3 ed. São Paulo: Editora, 34, 2013. (Coleção Trans)

MENTOR, P. F. Representação, metafísica da substância e poder em Judith Butler. *REVISTA PERIÓDICUS*, v. 1, p. 127-138, 2019.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 82 p. (Coleção: Cadernos da Diversidade - Volume 6)

NAVARRO-SWAIN, T. Desfazendo o "natural": a heterossexualidade compulsória e continuum lésbiano. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

PLANT, Sadie & LAND, Plant. Cyberpositive. In: MACKAY, Robin & AVANESSIAN, Armen. *#accelerate - the accelerationist reader*. UK: Urbanomic, 2014. p. 303 - 313.

PRECIADO, P. B. *Testo Junkie - Sexo, drogas e bipolítica na era faramacopornográfica*. Trad.: Maria Paula Gurgei Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. *Revista Bagoas*, Natal, v.4, n.5, p.17-44, jan./jun. 2010.

SÁNCHEZMED, Karina Vergara. *Sem heterossexualidade obrigatória não há capitalismo*. Acesso em: https://medium.com/arquivo-radical/sem-heterossexualidade-obrigat%C3%B3ria-n%C3%A3o-h%C3%A1-capitalismo-c70168cbdd0c?fbclid=IwAR1qPHFCVJD4RJ_DFBiMs9hykGAIj2BdIEeAMK79xDHxDXMPMfLD-CCWGZA.

WITTING, Monique. *O Pensamento Hétero*. 2010. Trad.: não informada. Acesso em: <http://mulheresrebelde.blogspot.com/2010/07/sempre-viva-wittig.html>.

Recebido: 03-04-2020

Aceito: 20-08-2020